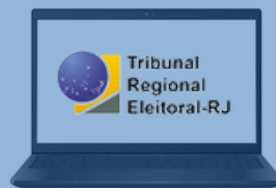


AVISO DE PRIVACIDADE

PARA NAVEGAÇÃO NO SITE DO TRE-RJ



Última
atualização em:
19/01/2024



O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) se preocupa com seus dados pessoais.

Vamos conhecer como o TRE-RJ trata seus dados pessoais enquanto você navega pelo nosso site?

Uma dica: Fique atento para eventuais alterações nestas regras, ok?

Para facilitar o entendimento, seguem aqui algumas explicações das palavras usadas neste texto:

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Dado Pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD: Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Usuário: toda pessoa natural que utilizar os serviços disponíveis na página eletrônica do TRE-RJ.



DADOS PESSOAIS SÃO COLETADOS PELO TRE-RJ?

A página do TRE-RJ está hospedada em uma plataforma do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Assim, apesar de o TRE-RJ não coletar dados, o TSE coleta:

- Seu endereço IP (número atribuído automaticamente ao seu computador pelo seu provedor de acesso todas as vezes que se conectar à internet);
- Tipo de navegador e sistema operacional utilizado para realizar o acesso;
- Data e hora do acesso;
- As páginas que você visita dentro do site do TRE-RJ;
- Se você acessa nossas páginas a partir de outro site, o nome e endereço IP deste site;
- Informações de georreferenciamento para a identificação de uso não autêntico como, por exemplo, acessos anormais feitos de regiões geográficas atípicas.



COMO SERÃO UTILIZADAS AS INFORMAÇÕES CONTROLADAS PELO TRE-RJ?

As informações exigidas para o acesso aos serviços controlados pelo TRE-RJ são utilizadas para:

- prestação do serviço escolhido;
- registrar o acesso aos seus dados pessoais, caso a informação não seja de acesso público.



PRECISAMOS FALAR SOBRE COOKIES

Quando você acessa o site do TRE-RJ, ele pode enviar pequenos arquivos de texto (cookies) para o seu navegador para registrar o seu comportamento e oferecer algumas funcionalidades que facilitam a sua navegação.

Quando você utiliza serviços do cadastro de eleitores e filiação partidária, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá utilizar os cookies para o seguinte:



Gerenciamento de Sessão:

Armazenamento de suas informações de login nos sites do TSE, especialmente para acessar áreas restritas que só você pode ter acesso após digitar seu usuário e senha (ou outro tipo de autenticação).



Análise da Utilização de sites do TSE

Para compreender os assuntos mais procurados e caminhos de navegação mais utilizados, visando melhorar a configuração dos sites para fornecer uma experiência de navegação mais adequada aos usuários.



INFORMAÇÕES CONSTANTES DOS CADASTROS INSTITUCIONAIS

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) administra três cadastros institucionais importantes: **Cadastro de Eleitores**, o **Cadastro de Filiação Partidária** e o **Cadastro da Identificação Civil Nacional**.

Informações sobre o conteúdo e finalidade dos dados que compõem esses cadastros podem ser obtidas nos seguintes endereços eletrônicos:



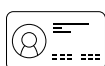
Cadastro de eleitores:

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/processo-eleitoral-brasileiro/cadastro-de-eleitores/cadastro-eleitoral>



Filiação partidária:

<https://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/normas>



Identificação Civil Nacional:

<https://www.justicaeleitoral.jus.br/identificacao-civil-nacional/>

Finalidade do uso das informações pessoais no site do TSE

O objetivo das informações pessoais que você fornece é verificar seus dados e permitir o acesso ao conteúdo das páginas do TSE.

Esses dados serão utilizados exclusivamente para fornecer serviços públicos relacionados às atividades para as quais os cadastros foram criados.



MEDIDAS DE SEGURANÇA

O TRE-RJ adota medidas de segurança, observando o cumprimento de boas práticas para assegurar proteção, confidencialidade e integridade das informações cadastradas ou utilizadas para acesso a áreas restritas de seus sites.

O tratamento dos dados pessoais é restrito às equipes que tenham como atribuição funcional a gestão ou operacionalização de cada um dos serviços.



COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS COM TERCEIROS

Durante sua navegação no site do TRE-RJ, os dados pessoais que são coletados não são compartilhados com terceiros, com exceção das hipóteses legais previstas.

O compartilhamento de dados pelo TRE-RJ atenderá finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, observando os princípios de proteção de dados pessoais, inclusive em casos de investigação de incidente cibernético.

O TRE-RJ respeita e garante seu direito de solicitar informações acerca das instituições com as quais houve compartilhamento de seus dados.



NOSSO SITE DISPONIBILIZA LINKS PARA OUTROS SÍTIOS ELETRÔNICOS

O TRE-RJ se responsabiliza somente pelas informações disponíveis e tratadas na sua página na internet.

Um link pode ser uma palavra, texto ou imagem que, quando clicado, encaminha para outra página na internet. Links indicados na página do TRE-RJ remetem para sites externos que têm seus próprios avisos de privacidade e termos de uso.

Dessa forma, o TRE-RJ não possui controle sobre os conteúdos e avisos de privacidade de sites ou serviços de terceiros mencionados na sua página na internet.

Caso você deseje conhecer a política do site de destino, deverá procurar a informação naquele site.



QUAIS SÃO AS SUAS OPÇÕES DE CONSENTIMENTO SOBRE O USO DE SEUS DADOS PESSOAIS?

Você tem a opção de conceder ou não algumas das informações indispensáveis à execução dos serviços solicitados, tais como nome da mãe e data de nascimento.

Caso opte pelo não fornecimento de determinadas informações poderá acarretar limitações ao uso de serviços online e, ainda, a negação de acesso.



QUAIS SÃO AS RESPONSABILIDADES DOS AGENTES QUE REALIZARÃO O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS?

Responde pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados o controlador que der causa ao dano ao deixar de adotar as medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

O controlador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outra pessoa dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

Entretanto, o controlador não será responsabilizado quando provar:

- I- que não realizou o tratamento de dados pessoais que lhe é atribuído;
- II - que, embora tenha realizado o tratamento de dados pessoais que lhe é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou
- III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.



EXERCÍCIO DE DIREITOS E ENCARREGADO DOS DADOS PESSOAIS

O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

O titular do dado pessoal tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e à vista de todos, sobre:

- I- finalidade específica do tratamento;
- II - forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- III - identificação do controlador;
- IV - informações de contato do controlador;
- V - informações acerca do uso compartilhado de dados pessoais pelo controlador e a finalidade;
- VI - responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e
- VII - direitos do titular.

Com relação ao exercício dos direitos do titular sobre seus dados pessoais, o TRE-RJ designou o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais pelo Ato GP nº 202/2020, para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



COMO FAZER UM PEDIDO DE ESCLARECIMENTO OU RECLAMAÇÃO SOBRE O USO DOS DADOS PESSOAIS?

Caso o usuário queira realizar algum pedido de esclarecimento ou reclamação referente ao uso de seus dados pessoais por parte do TRE-RJ ou a este Aviso de Privacidade, poderá entrar em contato por:

- Formulário para pedidos de LGPD, disponível na página da Ouvidoria do TRE-RJ, em "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais".
- Correspondência: Avenida Presidente Wilson, 198 – 10º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.030-021.

Se, ainda assim, não ficar satisfeito quanto ao tratamento de seus dados pessoais ou no caso de o problema não ter sido resolvido, caberá interposição de recurso por meio de preenchimento do formulário para pedidos de LGPD, disponível na página eletrônica da Ouvidoria do TRE-RJ, em "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais".

Vale lembrar que todo titular tem sempre o direito de reclamar diretamente, em relação aos seus dados pessoais, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.